

III INTERNATIONAL MEETING OF SOCIOLOGY (ISSOW)
Education, Employment and Retirement: Transitions in risk societies

26th-27th November 2018 :: Faculdade de Letras, University of Lisbon
. Sessão 10 / Session 10

Deficiência e transições laborais

Benedita Lima
benedita3663@gmail.com
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Natália Alves
nalves@ie.ulisboa.pt
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Resumo

O emprego constitui-se como a principal fonte de subsistência da grande maioria das pessoas, sendo simultaneamente visto como uma importante fonte de estruturação da vida pessoal e social, motivo pelo qual é considerado como um bem a preservar (Alves, 2008; Capucha, 2010; Pedroso, 2008; Veiga e Fernandes, 2014). Contudo, para além das mudanças estruturais a que se tem assistido nos últimos anos neste domínio e que acarretam cada vez mais alterações e transições na vida pessoal, a atividade laboral pode ser afetada por outro tipo de acontecimentos súbitos e inesperados como, por exemplo, o aparecimento de uma deficiência. No entanto, pouco se conhece sobre as trajetórias e transições laborais das pessoas que são confrontadas com esse acontecimento biográfico.

Nesta comunicação pretendemos analisar as trajetórias e transições laborais de pessoas com deficiência adquirida e respetivas repercussões nas suas vivências e qualidade de vida. Para o efeito foram realizadas entrevistas semi-diretivas a 21 pessoas com deficiência neuro-musculo-esquelética adquirida na idade adulta.

A análise efetuada permitiu-nos identificar várias trajetórias-tipo, algumas das quais caracterizadas por verdadeiros *turning points* (Blanco, 2011; Elder e Giele, 2009) na vida laboral destas pessoas, já que implicaram a passagem para o mundo do desemprego ou da inatividade e/ou a necessidade de reconstrução da vida profissional em áreas de atividade bastante diferentes das originais, com repercussões na sua qualidade de vida. Para o efeito, estas pessoas contaram com a ajuda de vários recursos e atores, nomeadamente, os provenientes da esfera educativa/formativa, os quais também contribuíram para a configuração de vivências bastante diferenciadas.

Palavras-chave: Deficiência; reabilitação profissional; educação/formação; emprego

Introdução

O confronto com uma deficiência na idade adulta constitui sempre um fator de interrupção das biografias individuais, com impactos variados nas várias esferas da vida, devido não só às limitações físicas e psicológicas que acarreta, mas também às implicações sociais que, de forma direta ou indireta, determina. O emprego é um dos domínios onde se costuma assistir a alterações substanciais na vida destas pessoas, quer devido às incapacidades supervenientes – expressas na interseção entre as limitações funcionais e as características dos contextos onde se movem – quer aos preconceitos sociais manifestados pela comunidade em que se inserem, em particular no seio das entidades empregadoras. Contudo, o emprego constitui hoje a principal fonte de sustento e de estruturação da vida pessoal, mas também um meio de participação e de afirmação na sociedade,

pelo que a sua falta pode concorrer para a exclusão social de quem passa por esta situação, dificultando ainda mais a vida destas pessoas, o que tem vindo a ser provado em vários estudos sobre esta temática (Alves, 2008; Capucha, 2010; Pedroso, 2008; Veiga e Fernandes, 2014). No entanto, o conhecimento sobre a forma como as pessoas lidam com a situação e sobre como constroem as suas trajetórias na fase pós-deficiência é bastante limitado, já que a investigação nesta área tem dado pouca voz aos atores principais, isto é, às pessoas com deficiência.

Emprego e deficiência

O trabalho assalariado constitui hoje uma importante fonte de inclusão, de cidadania e de coesão social (Alves, 2008, 2009; Capucha, 2010; Carneiro, 1998; Stoer, Magalhães, 2005), pois permite assegurar rendimentos, mas também direitos e garantias, tanto durante a vida ativa, como fora dela, na medida em que condiciona igualmente o tipo de esquemas de saúde e de proteção social. Para além disso, induz o estabelecimento de relações sociais e a participação na sociedade, sendo um dos locais onde se ajustam modos de vida, se constroem identidades e se asseguram estatutos sociais (Dubar, 1996, 1997; Pedroso, 2012; Stoer e Magalhães, 2005). A atividade laboral também contribui para aumentar os níveis de autoestima ao desencadear sentimentos de utilidade e permitir a afirmação pessoal (GEP/MSSS, 2012; Teixeira e Guimarães, 2006; Turmusani, 2001), o que é particularmente evidente no caso das pessoas com deficiência, pois permite-lhes a descolagem do estatuto de minoridade habitualmente associado a esta condição (Alves, 2008; Capucha, 2010; Priestley, 2001b). Não será, pois, por acaso, que o trabalho chegue a ser utilizado como terapia no âmbito de processos de reabilitação (Goffman, 1968; Turk e Mudrick, 2013).

Porém, grande parte destas pessoas está afastada do mercado de trabalho ou vive situações de precariedade e de insegurança laboral que, por sua vez, lhes condicionam o sucesso a outras esferas da vida (Capucha, 2010; Grace, 2005; Heller e Harris, 2012; Pinto, 2010; Priestley, 2001). Esta situação é desencadeada por uma grande variedade de fatores, alguns dos quais relacionados com a própria conjuntura atual do mercado de trabalho (GEP/MSSS, 2012), mas especialmente devido à interação entre as características da deficiência e das tarefas a desenvolver, bem como pelas barreiras físicas, culturais e atitudinais face à deficiência, vigentes na sociedade moderna (Fenacerci, 2007; Turmusani, 2001). A falta de transportes, os problemas

de acessibilidade ao ambiente edificado, a desadequação de ferramentas e de postos de trabalho, a falta de ajudas técnicas ou até de assistência pessoal são algumas das razões para as dificuldades de acesso ao emprego, para além dos preconceitos e estereótipos responsáveis pelas reticências e receios dos empregadores na aceitação de pessoas com deficiência nas suas organizações (Barnes, 2007; GEP/MSSS, 2012; Turmusani, 2001).

Neste quadro, o acesso à educação também deve ser tido em conta, nomeadamente por poder facilitar a aproximação ao emprego, sendo utilizada como ferramenta de normalização e de ascensão social por parte das pessoas com deficiência (Amado, 2012; Pedroso, 2012). Contudo, os níveis de literacia e de habilitações literárias destas pessoas são, em regra, baixos, dificultando a ponte para o mercado de trabalho. Por outro lado, nos dias de hoje, existe uma tendência crescente de distanciamento entre a escola e o sistema produtivo, com desvalorização dos diplomas, o que acaba por lhe retirar algum do seu potencial inclusivo (Capucha, 2010; Stoer, Magalhães e Rodrigues, 2004).

Trajetórias e transições na idade adulta

Ao contrário daquilo que se supunha num passado recente, os adultos aprendem e desenvolvem-se ao longo desta etapa da vida, a qual, tal como outras fases da existência, pode ser marcada por várias crises e transições (Alves, 2008; Gonçalves, 2010; Papalia, Olds e Feldman, 2006), passíveis de condicionar de forma determinante o seu curso (Blanco, 2011). Algumas destas transformações – de que a própria entrada na idade adulta é exemplo – fazem parte do desenvolvimento regular do ser humano, mas outras estão relacionadas com o contexto físico e social onde se insere e até com a própria capacidade de agência e de controlo individual, motivo pelo qual as trajetórias – entendidas como o caminho construído por cada um em função das oportunidades e das escolhas que se vão fazendo ao longo da vida nos seus diversos domínios – podem ser bastante variadas. Por outro lado, estas mudanças tanto podem ocorrer de forma planeada ou imprevisível, com repercussões variadas conforme sejam ou não desejadas e a dimensão que apresentem, chegando a representar verdadeiros *turning points* na vida de quem passa por elas, como é o caso da aquisição de uma deficiência (Blanco, 2011; Elder e Giele, 2009).

De acordo com Bridges (2006), as transições representam processos complexos que obrigam a um trabalho de incorporação das mudanças ocorridas na realidade do sujeito, o que nem sempre se revela tarefa fácil, ainda que estas possam ser positivas e desejadas. Assim, uma transição corresponde à passagem entre duas condições que induz um corte com a situação de partida, conduzindo à vivência de momentos de incerteza até se conseguir atingir uma nova posição. Trata-se, pois, de uma espécie de ponte entre dois estados que implica sempre uma experiência de descontinuidade na trajetória individual, sendo frequentemente acompanhada de momentos de ambivalência e de vazio existencial durante a etapa em que ocorre o verdadeiro processo de mudança (Bridges, 2006; Houde, 1989). Dadas as consequências habitualmente dramáticas da instalação de uma deficiência na vida do ser humano, é de presumir que a transição a que dá origem tenha um caráter negativo e afete vários domínios – ainda que de forma diferenciada – o que a torna num complexo processo multidimensional, com repercussões variáveis para quem o vivencia.

No âmbito destes domínios, o trabalho assumirá particular relevância devido aos fatores supra mencionados. Porém, apesar dos efeitos sinalizados na esfera laboral, pouco se sabe sobre a forma como são efetuadas e vividas as transições laborais com origem na deficiência.

Dar voz aos atores

A investigação que temos vindo a desenvolver aborda estas questões, dando voz a 21 pessoas com deficiência neuro-musculo-esquelética adquirida na idade adulta, através da técnica de entrevista semi-diretiva.

Trata-se de um grupo em que predomina ligeiramente o género masculino, com idades compreendidas entre os 28 e os 71 anos, embora a maioria se situe no intervalo entre os 35 e os 54. Apresentam parésias¹, plegias² e amputações³ diversas originadas sobretudo por acidentes, que se traduzem em graus de incapacidade entre os 50 e os 95%. A deficiência foi adquirida por todas as pessoas há mais de 5 anos e já depois de iniciada a atividade laboral. Apesar da maioria se encontrar reformada, grande parte trabalha, havendo 3 sujeitos que se consideraram

1 Parésia – diminuição do movimento num segmento do corpo.

2 Plegia – ausência de movimento num segmento do corpo.

3 Amputação – remoção de uma extremidade do corpo.

desempregados. Poucas destas pessoas mantiveram a profissão anterior e muito menos conservaram o mesmo emprego. A maioria detém o ensino secundário ou o ensino superior, mas muitas destas habilitações foram adquiridas já na fase pós-deficiência, havendo também quem tenha frequentado formação sem equivalência escolar no âmbito do sistema de reabilitação profissional.

Implicações da deficiência adquirida nas trajetórias laborais

Para os nossos sujeitos, a consequência mais imediata da instalação da deficiência na esfera laboral relaciona-se com a interrupção temporária da inserção laboral por motivo da condição de saúde que lhe deu origem. Assim, dependendo das características da ocorrência e do grau de gravidade das lesões, esta interrupção pode ser mais ou menos prolongada e ser ou não interrompida para retorno ao trabalho. Porém, na maioria dos casos, acaba por determinar uma transição para a reforma – ainda que nem sempre com acordo do trabalhador – a qual pode ser mais ou menos morosa, em função do encaminhamento dado às questões administrativas inerentes ao processo. Apesar disso, esta circunstância não determina necessariamente a passagem à inatividade, já que muitas destas pessoas acabam por, mais tarde ou mais cedo, retomar a atividade laboral, sob as mais diversas formas.

Estas alterações profissionais têm repercussões na vida pessoal destes sujeitos a vários níveis, nomeadamente na esfera financeira, na estruturação da vida diária, nas relações sociais, na satisfação pessoal e até na identidade, condicionando o próprio processo de adaptação à deficiência e as vivências associadas às transições ocorridas nestes domínios.

No que toca à situação financeira, ela é afetada pelo tipo e duração das carreiras profissionais, bem como dos vencimentos auferidos na fase pré-deficiência – já que estes concorrem para o cálculo das prestações sociais posteriores – mas também pela circunstância de estarem ou não abrangidos por seguros. Se isso acontecer, apesar das dificuldades habitualmente relatadas na relação com as seguradoras, as indemnizações e/ou pensões que passam a auferir conferem-lhes alguma tranquilidade neste domínio. Contudo, quem fica restringido às pensões proporcionadas pelo Estado relata habitualmente perda de poder de compra e dificuldades económicas, como ilustrado no discurso de Marieta:

“Vim para casa com uma miséria. Que quem ganhava tão bem como costureira especializada!... Ganhava-se e ganha-se ainda muito bem... e vim com uma reforma de 45 contos – ainda era escudos – para casa. É um bocado complicado, não é... a pagar 150€ de renda, água, luz, medicação, fisioterapia, táxi... muito complicado” (Marieta).

Por seu lado, quem volta à atividade laboral raramente regressa ao emprego anterior e muito menos ao mesmo posto de trabalho, não só devido às incompatibilidades surgidas entre as novas características do trabalhador e do contexto de trabalho, mas também às dificuldades de aceitação da deficiência por parte da entidade empregadora e/ou dos colegas de trabalho, o que está igualmente na origem das dificuldades encontradas por estes sujeitos na obtenção de novos empregos. Disso nos dá conta Rute:

“Tive muito más experiências na minha reabilitação profissional porque tentaram que eu... (...) Tive colegas que me receberam muito mal. Portanto, foi traumatizante a experiência (...) Eu tinha colegas que me mandavam calar, que diziam que não percebiam o que eu dizia – está bem que eu falava pior do que falo neste momento – mas diziam: ‘cala-te; tens uma voz horrível!’” (Rute).

Apesar das dificuldades, estas pessoas costumam lutar bastante para encontrar alternativas profissionais, não só devido às questões financeiras, mas também para ocuparem o tempo livre, conviverem e sentirem-se úteis, chegando a montar negócios como alternativa ao emprego por conta de outrem.

Estes são também motivos pelos quais muitos deles voltam à escola ou procuram formação profissional, quer no sistema regular, quer no circuito paralelo da reabilitação profissional, pois para além do espaço educativo/formativo os ajudar a retomarem as rotinas próprias da vida ativa, facilitando a adaptação à nova condição, acreditam que com maiores qualificações e competências estarão mais habilitados a enquadrarem-se profissionalmente, como comprova Tiago:

“Desde aquela altura não parei de estudar! Fui melhorando sempre os meus conhecimentos e isso tudo. E faço isso porque, pronto, quero um futuro melhor, não é? (...) Comecei a saber fazer as coisas e daí eu disse: ‘bem, eu acho que já posso procurar um trabalho. Já posso começar a procurar alguma coisa para fazer’. Porque eu logo no princípio, eu disse: ‘bem, eu não sei fazer nada. Trabalhei na agricultura e agora não posso trabalhar na agricultura; o que é que eu vou fazer?’ E tentava falar com os amigos e isso para me tentarem arranjar um emprego; alguma coisa que eu pudesse fazer. E eles diziam: ‘o que é que sabes fazer?’ ‘Nada!’ (...) A partir do momento em que entrei para a escola, pronto. (...) Mesmo que eu não trabalhe como técnico de eletrónica, mas aprender, não é, melhorar os meus conhecimentos e ter o 12º ano já é bom. Também é uma ferramenta agora para o mercado de trabalho e isso. E se der para continuar, também continuar. Se der para seguir para o ensino superior seria ótimo” (Tiago).

Apesar dos esforços, raramente encontram emprego sem ajuda de entidades e/ou programas específicos para o efeito. Porém, no que toca a atores que interferem no processo de regresso ao trabalho, estas pessoas valorizam especialmente pessoas concretas que se foram cruzando no seu caminho, nomeadamente, profissionais do setor da reabilitação e professores/formadores, mas também alguns familiares, amigos e até outras pessoas com deficiência, que lhes foram mostrando caminhos e abrindo portas para prosseguirem os seus percursos, como nos relata Jacinto:

“Aquilo que eu, de facto, gostei particularmente foi do atendimento da D. Maria aqui no Centro de Emprego... uma senhora, na altura, com os seus cinquenta e poucos anos e que, de facto, me disse sempre: ‘oh, Jacinto tu vais e fazes isto; tu vais e fazes aquilo’. E, portanto, uma pessoa capaz para ajudar. E depois, no fim de eu montar o negócio, sete ou oito meses depois, telefonou-me a dizer: ‘oh, Jacinto surgiu a possibilidade de te candidatares ao Prémio de Mérito e eu quero que tu preenchas os papéis’. E pronto. E eu acabei por preencher e ficar em terceiro lugar a nível nacional. Na altura, ainda foi em contos, acabei por ganhar seiscentos e tal contos; e esse prémio foi giro” (Jacinto).

Nestes caminhos também são mencionados fatores que dificultam as transições na área laboral, nomeadamente os relacionados com questões administrativas que se prendem com a atribuição de pensões e subsídios de doença, como refere Amadeu.

“Estive [de baixa] 3 anos. Depois tiveram que me dar a reforma. Tiveram que me dar... eu é que meti os papéis para a reforma. Senão nem a reforma me davam. Ao fim de 3 anos de estar de baixa, cortaram-me o subsídio de doença, tudo. Estive 8 meses sem receber nada” (Amadeu).

Desta forma, os nossos interlocutores foram construindo trajetórias profissionais diferenciadas, as quais são vividas de forma mais ou menos satisfatória conforme os objetivos traçados e o grau de sucesso alcançado nas transições a que foram sujeitos. Apesar da diversidade, encontramos alguns padrões nestas trajetórias, motivo pelo qual as quais agrupámos em trajetórias tipo.

Tipos de trajetórias laborais na fase pós-deficiência

Os relatos dos nossos entrevistados permitiram-nos encontrar cinco tipos diferentes de trajetórias laborais na fase pós-deficiência, com vivências diferenciadas:

- **Retoma da situação profissional anterior sem alterações** – trata-se de uma trajetória rara, em que apenas dois⁴ participantes estiveram envolvidos. Neste caso, após a identificação da deficiência e eventual ausência do serviço por incapacidade temporária, a pessoa retoma o seu emprego anterior no mesmo local de trabalho e com as mesmas funções, o que é relatado como gratificante pelo próprio, apesar das eventuais dificuldades de adaptação iniciais;
- **Retoma da situação profissional anterior com alterações** – é uma trajetória ainda mais rara neste grupo de pessoas, que abrange apenas um⁵ entrevistado, em que se efetuam algumas adaptações às funções anteriormente desenvolvidas com o objetivo de manter o posto de trabalho ou se identificam novos postos de trabalho na mesma entidade patronal, podendo ser envidados esforços no sentido de facilitar a acessibilidade do trabalhador ao local, o que é habitualmente bem visto por quem passa pela situação; ainda assim, alguns dos nossos interlocutores optaram por procurar empregos alternativos ao pressentirem que as alterações propostas lhes poderiam causar transtornos futuros;
- **Integração em novos empregos** – ainda que possam existir algumas diligências no sentido de se retomarem profissões e/ou locais de trabalho anteriores, opta-se por procurar alternativas profissionais – por conta de outrem ou por conta própria – por vezes, bastante diferentes das anteriores e envolvendo a frequência de formação prévia ou simultânea à atividade profissional; habitualmente estes empregos são escolhidos em função das características da deficiência, pelo que é raro ser necessário adaptar os novos postos de trabalho; os vínculos contratuais são variados, alguns dos quais bastante precários, mas outros com relativa estabilidade; estas alternativas profissionais costumam ser bastante valorizadas mas, ainda assim, nem sempre conseguem esbater a revolta ou nostalgia que permanece em relação à perda dos empregos e/ou profissões que se desempenhavam anteriormente;

⁴ Existe uma terceira pessoa que retomou o emprego anterior sem alterações, mas que estava afastada do mesmo, por questões familiares, na altura da aquisição da deficiência.

⁵ Existem mais dois entrevistados que chegaram a assumir novas funções nas antigas entidades empregadoras, mas que foram obrigados a afastarem-se por incompatibilidades surgidas com os colegas e/ou superiores hierárquicos; e outros dois que optaram por não aceitar a oferta de reintegração laboral em novas funções nos antigos locais de trabalho.

- **Passagem ao desemprego** – trata-se de uma situação que pode ocorrer de forma permanente ou apenas transitória, habitualmente vivida com angústia, e contra a qual se luta ativamente, quer procurando alternativas profissionais, quer de qualificação e/ou formação profissional (no sistema regular ou no sistema de reabilitação profissional), visando o regresso ao mercado de trabalho; durante esta fase, as pessoas podem ir fazendo pequenos biscates e procurando alternativas de sustento, nomeadamente, tratando dos processos para obtenção da reforma por invalidez, motivo pelo qual, na fase das entrevistas, existiam apenas duas pessoas desempregadas, mas a auferirem pensões desta natureza; estas pessoas demonstram valorizar bastante o trabalho pela sua vertente financeira, mas também pelo seu valor social;
- **Passagem à inatividade** – esta trajetória é protagonizada pelos participantes que se reformaram por invalidez. Apesar desta transição nem sempre ser inicialmente bem aceite pelos trabalhadores, a situação pode acabar por ser vivida com relativa serenidade, pois sentem que não têm condições para manter a atividade profissional devido às características da deficiência e/ou ao avanço simultâneo da idade; contudo, existem pessoas que se mantêm revoltadas com a situação mesmo muito tempo depois de terem sido confrontadas com ela; existem ainda seis pessoas que, apesar da condição de inatividade, desenvolvem algum tipo de atividade profissional, quer a tempo inteiro, quer a tempo parcial, com vínculos contratuais diversos; neste grupo de pessoas contamos também com voluntários que desenvolvem a atividade de forma mais ou menos formal, e onde se incluem, nomeadamente, aquelas que auferem pensões cujo valor lhes permite viver confortavelmente, mas que valorizam a ocupação do tempo livre de forma socialmente útil e dela retiram gratificação pessoal;

Vivência das transições e trajetórias pós-deficiência

Pelo que vimos, apesar da identificação de trajetórias laborais típicas após o confronto com uma deficiência na idade adulta, as variações dentro de cada uma delas e as vivências que se lhe associam podem ser diversificadas.

Um dos pontos em comum prende-se com as experiências negativas e até traumatizantes relacionadas com a quebra dos vínculos laborais na sequência da instalação da deficiência, sempre que existam, já que dão origem a uma transição abrupta e não desejada. Contudo, após a reconstrução das trajetórias, podemos encontrar formas variadas de encarar a situação, havendo pessoas que se encontram satisfeitas com as alternativas encontradas – podendo mesmo considerá-las muito melhores do que as anteriores – e outras que, ainda que se mostrem adaptadas às novas circunstâncias, podem revelar nostalgia e/ou revolta por não terem podido prosseguir os caminhos anteriores, considerando-se prejudicadas neste domínio.

Outro aspeto presente na maioria dos relatos e espelhado nos tipos de trajetórias encontradas – nomeadamente nos casos de acumulação de reformas com empregos – prende-se com a valorização dada ao trabalho, a qual é associada por muitos às questões financeiras, dadas as poucas reformas que auferem. Porém, nos seus relatos identificam-se também os contributos do trabalho para a autoestima e satisfação pessoal especialmente por proporcionar oportunidades de ocupação, de inclusão na comunidade e de afirmação de estatutos sociais. Serão também estes últimos aspetos que parecem estar em causa no caso das trajetórias onde à reforma se associa o voluntariado, com o qual estas pessoas se sentem bastante gratificadas.

A ausência do trabalho, por sua vez, costuma provocar descontentamento a quem protagoniza trajetórias que incluem o desemprego, pelas razões já enunciadas, mas o mesmo não se verifica com quem se acomodou à situação de inatividade, a qual parece ser compensada com outro tipo de ocupações e fontes de gratificação.

Conclusão

Pelos testemunhos dos nossos interlocutores, podemos concluir que a instalação de uma deficiência na idade adulta pode ter implicações bastante variadas ao nível das trajetórias laborais e respetivas vivências, traduzindo-se na construção de percursos profissionais multifacetados na fase pós-deficiência. Neste trabalho foram identificadas cinco espécies diferentes de trajetórias laborais, algumas das quais sujeitas a múltiplas *nuances*, que também são vividas de formas diferenciadas conforme as circunstâncias de cada um. Apesar disso, e da conotação negativa habitualmente associada à deficiência – que, por si só, pode condicionar as referidas trajetórias, nomeadamente por dificultar o acesso e/ou manutenção do emprego – nem

sempre as trajetórias pós-deficiência encontradas são de descontinuidade com o percurso anterior ou menos gratificantes para quem as vive, confirmando a complexidade da experiência da deficiência na vida do ser humano e a importância do trabalho na vida destas pessoas.

Referências

- Alves, Natália (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, Educa.
- Amado, Maria (2012), *Hide and seek: normality issues and global discourses on blind school modern projects (late 18th-19th centuries)*, Lisboa, Instituto de Educação (Tese de doutoramento).
- Barnes, Colin (2007), "Direct payments for personal assistants for disabled people: a key to independent living?", Comunicação apresentada na conferência Independent Living 2007, Dublin, Centre for Independent Living, disponível em <http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/Barnes-Dublin-direct-payments-2.pdf>
- Blanco, Mercedes (2011), "El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo", *Revista latinoamericana de población*, 8, pp. 5-31.
- Bridges, William (2006), *Transitions de vie: comment s'adapter aux tournants de notre existence*, Paris, InterEditions-Dunod.
- Capucha, Luís (2010), "Inovação e justiça – políticas activas para a inclusão educativa", *Sociologia, problemas e práticas*, 63, pp. 25-50.
- Carneiro, Roberto (1998), "A questão do ensino: os desafios actuais", in Proença, M^a Cândida (coord), *O sistema de ensino em Portugal: séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 9-22.
- Dubar, Claude (1996), "Socialisation et processus", in Paugam, Serge, *L'exclusion: l'état des savoirs*, Paris, La Decouverte, pp. 9-17.
- Dubar, Claude (1997), "Formação, trabalho e identidades profissionais", in Canário, Rui (org.), *Formação e situações de trabalho*, Porto, Porto Editora, pp. 43-52
- Elder, Glen e Giele, Janet (EDs) (2009), "Life course studies: an evolving field." in Elder, Glen e Giele, Janet, *The Craft of Life Course Research*, New York & London, Guilford Press, pp. 1-24.
- FENACERCI (2007) *Modelos e práticas formativas facilitadoras da empregabilidade e sustentabilidade de pessoas com deficiência*, Lisboa, FENACERCI.
- GEP/MSSS (2012), *O Emprego das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade – Uma abordagem pela igualdade de oportunidades*, Lisboa, GEP / MSSS.
- Goffman, Erving (1968), *Asiles: études sur la condition sociale des malades mentaux*; Paris, Les Editions de Minuit.
- Gonçalves, Cristina (2010), "Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001", *Revista de Estudos Demográficos*, 33, pp. 69-94
- GRACE (2005), *A integração de pessoas com deficiência nas empresas: como actuar*, Lisboa, GRACE.
- Heller, Tamar e Harris, Sarah Parker (2012), "Preface". *Disability Through the Life Course*, in Heller, Tamar e Harris, Sarah Parker, *Disability Through the Life Course*, California, SAGE Publications, Inc., pp. xix-xxii.
- Houde, Renée (1989), "Les transitions de la vie adulte et la formation expérientielle", *Education Permanente*, 100/101, pp. 143-150
- Papalia, Diane, Olds, Sally e Feldman, Ruth (2006), *Desenvolvimento humano*, Porto Alegre, Artmed Editora.
- Pedroso, Paulo (coord) (2008), *Modelos de protecção social na incapacidade – um desafio estrutural na integração das pessoas com deficiência e incapacidade – relatório final (estudo POAT)*, Lisboa, GEP.

Pedroso, Paulo (coord) (2012), Estudo: a prestação de serviços e a promoção da vida independente, Lisboa, PPLL Consult/ACAPO.

Pinto, Paula (2010), “Deficiência, sociedade e direitos: a visão do sociólogo”, Palestra apresentada no âmbito da Pós-graduação “O direito e os direitos das pessoas com deficiência”, Lisboa, ICJP da FDL e Fundação LIGA, disponível em <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/723-1116.pdf>

Priestley, Mark (2001), “Introduction: the global context of disability”, in Priestley, Mark, Disability and the life course – global perspectives, Cambridge, University Press, pp. 3-14.

Stoer, Stephen, Magalhães, António e Rodrigues, David (2004), Os lugares da exclusão – um dispositivo de diferenciação pedagógica, São Paulo, Cortez Editora.

Stoer, Stephen, Magalhães, António (2005), A diferença somos nós – a gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais, Porto, Edições Afrontamento.

Teixeira, Ângela e Guimarães, Liliana (2006), “Vida revirada: deficiência adquirida na fase adulta produtiva”, Revista mal-estar e subjetividade, vol. VI, 1, pp. 182-200.

Turk, Margaret e Mudrick, Nancy (2013), Rehabilitation Interventions, SAGE Publications, Inc.

Turmusani, Majid (2001), “World and adulthood: economic survival in the majority world”, in Priestley, Mark, Disability and the life course – global perspectives, Cambridge, University Press, pp. 192-205.

Veiga, Carlos e Fernandes, Luísa (2014), Inclusão profissional e qualidade de vida, Vila Nova de Famalicão, FORMEM.